



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ  
Praça Desembargador Edgard Nogueira, S/Nº - Centro Cívico - Bairro Cabral - CEP 64000920 - Teresina - PI

## ANÁLISE DE VIABILIDADE 1/2021 - SEAU

## 1. IDENTIFICAÇÃO DA SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

SOLUÇÃO DE TI	
NOME DA SOLUÇÃO DE TI:	Aquisição de certificados digitais
ÁREA DEMANDANTE:	COSUT
E-MAIL DO DEMANDANTE:	cosut@tre-pi.jus.br
TELEFONE DO DEMANDANTE:	(86) 2107-9779

## 2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Registro de preços para futura aquisição de Certificados Digitais A3 padrão ICP-Brasil para pessoa física e fornecimento de dispositivos *tokens* USB para armazenamento..

## 3. REQUISITOS DE NEGÓCIO

## 3.1 – Requisitos funcionais (Necessidades de negócio)

NECESSIDADE 1				
Atualmente, o uso de certificado digital se torna necessário para usuários do Processo Judicial Eletrônico - PJe que executam a prática de ato processual, conforme dispõe o artigo 195 do novo CPC, e também para demandas de Magistrados e Servidores que atuam em sistemas que façam uso obrigatório de certificação digital como método de autenticação, como por exemplo o eSocial.				
ID	FUNCIONALIDADE	ID	RESPONSÁVEL	ÁREA
1	Emissão de Certificados Digitais padrão ICPBrasil, incluindo visitas para sua emissão e o fornecimento de dispositivos tokens USB para armazenamento.	1	Integrante demandante	COSUT
		...		
...				

## 3.2 – Requisitos não-funcionais

ID	TIPO	REQUISITO
1	Requisitos de capacitação	Não se aplica
2	Requisitos Legais	Não se aplica
3	Requisitos de Manutenção	<ul style="list-style-type: none"> <li>Prover garantia de correção e atualização motivadas por falhas técnicas e mudanças originadas de diretrizes oriundas da ICP-Brasil, pelo período mínimo de 3 (três) anos para o certificado de pessoa física do tipo A3 (Item 1), contados a partir da data de emissão do certificado;</li> <li>Caso a correção ou atualização exija novo certificado, a empresa contratada deverá efetuar a nova emissão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de notificação, sem ônus adicional para o Tribunal.</li> </ul>
4	Requisito Temporal	<ul style="list-style-type: none"> <li>As visitas técnicas para validação e emissão de certificados digitais deste Termo de Referência, serão realizadas conforme agendamento de data e horário pelo Tribunal, em conformidade com os dispositivos constantes do edital e seus anexos, e encaminhado junto à Central de Serviços da contratada, por meio de Ordem de Serviço, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.</li> <li>O serviço de emissão de certificados será considerado terminado quando a contratada entregar a evidência da emissão de todos os certificados digitais de Servidores e Magistrados que compareceram aos eventos de emissão agendados;</li> <li>O Magistrado ou o Servidor que não conseguir emitir seu certificado nas dependências do Tribunal durante os eventos de emissão, terá até 30 (trinta) dias corridos, contados do dia do evento de emissão, para se dirigir ao posto de atendimento da empresa contratada e emitir o seu respectivo certificado.</li> <li>A entrega das mídias criptográficas - Tokens - será realizada da seguinte forma: Em até 30 (trinta) dias após o recebimento pela Contratada da Ordem de Fornecimento emitida pelo órgão</li> </ul>

		do Judiciário.
5	Requisitos de Segurança da Informação	Não se aplica
6	Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais	Observa-se que a prestação do serviço de emissão de certificados digitais não traz impacto ao meio ambiente. Ao eliminar o uso de papel como principal suporte físico dos processos, o Certificado Digital se torna um relevante aliado na luta pela preservação do meio ambiente.
7	Requisitos de Desempenho	Não se aplica

### 3.3 – Requisitos tecnológicos

ID	TIPO	REQUISITO
1	Requisitos da Arquitetura Tecnológica	<p><b>Item 01: Certificado Digital A3 para Pessoa Física:</b></p> <p>a) Certificado digital do tipo A3 para pessoa física, padrão ICP-Brasil, compatível com a AC-JUS, com prazo de validade de 3 (três) anos;</p> <p>b) Deve permitir a utilização para assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações;</p> <p>c) Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil;</p> <p>d) Ser instalado em Tokens Criptográficos constantes da lista de equipamentos certificados pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI;</p> <p>e) O presente item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro.</p> <p><b>Item 02: Visitas para Emissão de Certificados Digitais</b></p> <p>a) O serviço compreende a realização de visita técnica com o objetivo de realizar a validação e emissão dos certificados digitais Tipo A3 para pessoa física;</p> <p>b) As visitas para emissão dos certificados digitais deverão ser realizadas na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, na cidade de Teresina-PI;</p> <p>c) Deverão ser emitidos, no mínimo, 10 (dez) certificados digitais por visita;</p> <p>d) O Tribunal proverá espaço físico para realização das visitas e também o acesso à Internet;</p> <p>e) A eventual necessidade de utilização de equipamentos e acessórios de informática, necessários à realização de todas as atividades de validação e emissão dos certificados, deverá ser sanada pela Contratada;</p> <p>f) As validações serão realizadas dentro do horário de funcionamento do Tribunal;</p> <p>g) Na impossibilidade de comparecimento do Magistrado ou Servidor, no período programado para emissão dos certificados, o serviço de visita local será considerado como prestado.</p> <p><b>Item 03: Mídia Criptográfica do tipo Token</b></p> <p>a) Token criptográfico USB capaz de armazenar certificados, chaves e cadeias de certificados aderentes às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil;</p> <p>b) Fazer parte da lista de equipamentos certificados pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI;</p> <p>c) Total compatibilidade com os certificados digitais A3;</p> <p>d) Possuir conector USB (<i>Universal Serial Bus</i>) tipo A versão 2.0 (ou superior compatível com 2.0);</p> <p>e) Permitir conexão direta na porta USB, sem necessidade de interface intermediária para leitura;</p> <p>f) Possuir capacidade de armazenamento de certificados e chaves privadas de, no mínimo, 64 Kbytes;</p> <p>g) Ter suporte à tecnologia de chaves pública/privada (PKI), com geração on-board do par de chaves RSA de, no mínimo, 2048 bits.</p> <p>h) Possuir carcaça resistente à água e à violação;</p> <p>i) Compatibilidade e disponibilização de drivers para pleno uso nas plataformas Microsoft Windows7 ou superior, linux e Mac OS;</p> <p>k) Permitir a criação de senha de acesso ao dispositivo de no mínimo 06 (seis) caracteres, ou de acordo com os critérios do Tribunal;</p> <p>l) Permitir criação de senhas com caracteres alfanuméricos;</p> <p>m) Permitir a geração de chaves, protegidas por PINs (<i>Personal Identification Number</i>);</p> <p>n) Permitir a inicialização e reinicialização do token mediante a utilização de PUK (<i>Pin Unlock Key</i>);</p> <p>o) Suporte aos principais navegadores de mercado, entre os quais: Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome;</p> <p>p) O software de gerenciamento do dispositivo deverá estar no idioma Português do Brasil e deve permitir:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Gerenciamento do dispositivo;</li> <li>• Exportação de certificados armazenados no dispositivo;</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Importação de certificados em formato PKCS#7 para área de armazenamento do dispositivo, de acordo com a RFC 2315;</li> <li>• Importação de certificados em formato PKCS#12 para área de armazenamento do dispositivo;</li> <li>• Visualização de certificados armazenados no dispositivo;</li> <li>• Remoção de chaves e outros dados contidos no dispositivo após autenticação do titular;</li> <li>• Reutilização de dispositivos bloqueados, por meio de remoção total dos dados armazenados e geração de nova senha de acesso.</li> </ul> <p>q) Garantia mínima de 1 (um) ano, contado a partir do aceite definitivo dos tokens.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Caso o token necessite ser substituído ou apresente erro que comprometa o funcionamento do certificado ali armazenado, um novo token deverá ser fornecido, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da notificação feita pelo Tribunal.</li> </ul>
2	Requisitos do Projeto de Implantação da solução de TI	Não se aplica
3	Requisitos da Garantia e Manutenção	<p><b>Garantia:</b></p> <p><b>Item 01: Certificado Digital A3 para Pessoa Física:</b></p> <p>a) Prover garantia de correção e atualização motivadas por falhas técnicas e mudanças originadas de diretrizes oriundas da ICP-Brasil, pelo período mínimo de 3 anos para o certificado do tipo A3, contados a partir da emissão do certificado.</p> <p>b) Caso a correção ou atualização exija novo certificado, a empresa contratada deverá efetuar a nova emissão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de notificação, sem ônus adicional para o TRE-PI.</p> <p><b>Item 02: Visitas para Emissão de Certificados Digitais:</b></p> <p>a) O serviço compreende a realização de visita técnica com o objetivo de realizar a validação e emissão dos certificados digitais Tipo A3 para pessoa física (Item 01);</p> <p>b) As visitas para emissão dos certificados digitais deverão ser realizadas na sede do TRE-PI;</p> <p>c) Deverão ser emitidos, no mínimo, 10 (dez) certificados digitais por visita no caso de emissões de certificados para pessoa física nas sedes dos órgãos do Judiciário;</p> <p>d) Os atendimentos individuais deverão ser realizados nos Postos de Atendimento da Contratada, caso possua infraestrutura disponível;</p> <p>e) O Tribunal proverá espaço físico para realização das visitas e também o acesso à Internet;</p> <p>f) A eventual necessidade de utilização de equipamentos e acessórios de informática, necessários à realização de todas as atividades de validação e emissão dos certificados, deverá ser sanada pela contratada;</p> <p>g) As validações serão realizadas dentro do horário de funcionamento do Tribunal;</p> <p>h) Na impossibilidade de comparecimento do Magistrado ou Servidor, no período programado para emissão dos certificados, o serviço de visita local será considerado como prestado.</p> <p><b>Item 03: Mídia Criptográfica do tipo Token</b></p> <p>a) Garantia mínima de 1 (um) ano, contado a partir da data de emissão da certificação;</p> <p>b) Caso o token necessite ser substituído ou apresente erro que comprometa o funcionamento do certificado ali armazenado, um novo token deverá ser fornecido, com, no mínimo, as mesmas características do objeto contratado contendo um certificado digital Cert-JUS A3, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação feita pelo TRE-PI.</p>
4	Requisitos de Capacitação	Não se aplica
5	Requisitos de Experiência Profissional da Equipe Técnica	Não se aplica
6	Requisitos de Formação da Equipe Técnica	Não se aplica
7	Requisitos da Metodologia de trabalho	Não se aplica
8	Requisitos de Segurança sob o ponto de vista Técnico	Não se aplica

### 3.4 – Outros requisitos

	Não se aplica	
...		

## 4. IDENTIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS

SOLUÇÃO 1	<b>NOME DA SOLUÇÃO:</b>	Realização de licitação para aquisição do serviço de emissão de certificados digitais
	<b>DESCRIÇÃO:</b>	Aquisição de Certificados Digitais, via licitação
	<b>FORNECEDOR(ES):</b>	Vários
	<b>ENTIDADE:</b>	
	<b>VALOR:</b>	R\$ 7.719,28
SOLUÇÃO 2	<b>NOME DA SOLUÇÃO:</b>	Adesão a ata de registros de preços
	<b>DESCRIÇÃO:</b>	Aquisição de Certificados Digitais, via adesão a ata de registros de preços
	<b>FORNECEDOR(ES):</b>	-
	<b>ENTIDADE:</b>	-
	<b>VALOR:</b>	Variado
SOLUÇÃO 3	<b>NOME DA SOLUÇÃO:</b>	Tornar o TRE-PI uma Autoridade Registradora
	<b>DESCRIÇÃO:</b>	Tornar o TRE-PI uma Autoridade Registradora
	<b>FORNECEDOR(ES):</b>	
	<b>ENTIDADE:</b>	
	<b>VALOR:</b>	

## 5. DETALHAMENTO DAS SOLUÇÕES E ALTERNATIVAS EXISTENTES

REQUISITO	ID DA SOLUÇÃO	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública Federal?	1	X		
	2	X		
	3		X	
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Justiça Eleitoral?	1	X		
	2	X		
	3		X	
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro?	1			X
	2			X
	3			X
A Solução é um software livre ou software público?	1			X
	2			X
	3			X
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões e-PING, e-MAG?	1			X
	2			X
	3			X
A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil? (quando houver necessidade de certificação digital)	1			X
	2			X
	3			X
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Judiciário – MoReq-Jus?	1			X
	2			X
	3			X

## 6. ANÁLISE E COMPARAÇÃO DOS CUSTOS TOTAIS DA DEMANDA

Para a análise dos custos, foi realizada a pesquisa de preços através de orçamentos enviados por empresas e valores registrados em aquisições de outros Órgãos (doc. SEI nº 1128568). O valor total estimado é de **R\$ 11.133,42 (onze mil cento e trinta e três reais e quarenta e dois centavos)**, conforme demonstrado abaixo:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÉDIO	VALOR TOTAL
1	1	Certificado Digital A3 para Pessoa Física	70	R\$ 57,07	R\$ 3.994,73
	2	Visitas para Emissão de certificados Digitais	5	R\$ 58,00	R\$ 290,00
	3	Mídia Criptográfica do tipo Token	70	R\$ 49,07	R\$ 3.434,55
TOTAL GERAL ESTIMADO =					<b>R\$ 7.719,28</b>

## 7. SOLUÇÃO ESCOLHIDA

## 7.1 – Identificação

<b>NOME:</b>	Realização de licitação para aquisição do serviço de emissão de certificados digitais		
<b>JUSTIFICATIVA:</b>	A solução atende aos requisitos do Tribunal.		
<b>DESCRIÇÃO:</b>	Aquisição de Certificados Digitais, via licitação		
<b>BENS E SERVIÇOS</b>	<b>ID</b>	<b>BEM / SERVIÇO</b>	<b>VALOR ESTIMADO</b>
	1	Certificado Digital A3 para Pessoa Física	R\$ 3.994,73
	2	Visitas para Emissão de Certificados Digitais	R\$ 290,00
	3	Mídia Criptográfica do tipo Token	R\$ 3.434,55
		Valor Total Estimado =	<b>R\$ 7.719,28</b>

## 7.2 – Alinhamento com as necessidades de negócio

ID	FUNÇÃO	NECESSIDADE DO NEGÓCIO
1	Garantir o fornecimento de Certificados Digitais a Servidores e Magistrados que necessitam da utilização em sistemas específicos.	O uso de certificado digital é necessário para usuários do Processo Judicial Eletrônico - PJe que executam atos processuais, bem como para sistemas que façam uso obrigatório de certificação digital.
...		

## 7.3 – Benefícios esperados

ID	TIPO	BENEFÍCIOS
1	Produtividade	A solução escolhida trará maior celeridade e eficiência na obtenção de Certificados Digitais ao corpo funcional do Tribunal.
2	Legalidade	Atendimento a sistemas que fazem uso obrigatório da certificação digital.

## 7.4 – Justificativa de não-conformidade

ID	SOLUÇÃO	JUSTIFICATIVA
2	Adesão a ata de registro de preços	Não foram encontradas atas disponíveis que atendessem às necessidades deste Tribunal, principalmente levando em consideração a necessidade de visita técnica à cidade de Teresina.
3	Tornar o TRE-PI uma Autoridade Registradora	Esta alternativa permitiria o credenciamento do TRE-PI para emissão de seus próprios certificados digitais vinculados à AC-JUS. Contudo, requer um planejamento de longo prazo, contemplando aquisição de equipamentos, treinamentos de servidores e custos fixos para manutenção do credenciamento. Considerando que a necessidade de certificações digitais é imediata, e que os custos envolvidos são bastante altos, esta alternativa é inviável para o momento.

## 8. AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES DE ADEQUAÇÃO PARA EXECUÇÃO CONTRATUAL

ID	TIPO DE NECESSIDADE	DESCRIÇÃO
1	Não se aplica	
...		

## 9. ASSINATURAS

INTEGRANTE	NOME	ÁREA
<b>Demandante:</b>	Nadja Marcela Melo Silva Santiago	COSUT/STI
<b>Técnico:</b>	Márcio Igo Carvalho Ribeiro Gonçalves	SEAU/STI
<b>Administrativo:</b>	Sidnei Antunes Ribeiro	SELIC/SAOF

Teresina, 07 de janeiro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Sidnei Antunes Ribeiro, Analista Judiciário**, em 08/01/2021, às 13:44, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Nadja Marcela Melo Silva Santiago, Analista Judiciário**, em 11/01/2021, às 14:02, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Igo Carvalho Ribeiro Gonçalves, Chefe de Seção**, em 11/01/2021, às 14:06, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1165802** e o código CRC **9CB8D980**.